



Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555
www.cmembu.sp.gov.br

Embu das Artes, 13 de novembro de 2025.

De: Procuradoria Legislativa

Para: Diretoria Geral

Referência:

Processo nº 289/2025

Proposição: Emenda nº 5/2025

Autoria: Abidan Henrique da Silva

Ementa: Criação da Ação "Escola Municipal de Formação de Professores" (Código 2048) no Programa 0011 AVANÇA ENSINO COM QUALIDADE E EQUIDADE. Ao Projeto de Lei nº 19/2025, de autoria do Prefeito Municipal Hugo Prado, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual que fixação a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026 a 2029"

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Emissão de Manifestação

Ação realizada: Parecer Emitido

Descrição:

parecer jurídico conciso sobre o projeto de emenda ao Projeto de Lei nº 19/2025, que institui o Plano Plurianual (PPA) de Embu das Artes para o quadriênio 2026/2029.

I. Objeto da Análise

O objeto deste parecer é a emenda proposta pelo Vereador Abidan Henrique, que visa criar a Ação "Escola Municipal de Formação de Professores" (Código 2048) no Programa 0011 AVANÇA ENSINO COM QUALIDADE E EQUIDADE do Projeto de Lei nº 19/2025. A emenda prevê um custo estimado de R\$ 1.000.000,00 anualmente para os exercícios de 2026 a 2029, a ser retirado da Ação 2073 (Manutenção das Atividades de Tecnologia e Comunicação) do Programa 0003 (Gestão Municipal).

II. Fundamentação Legal Pertinente

Para a análise, consideram-se os seguintes dispositivos legais:

Constituição Federal de 1988 (CF/88):



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100310032003700300031003A005400, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.





Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555
www.cmembu.sp.gov.br

Art. 165, § 1º: Define o Plano Plurianual.

Art. 166, § 3º, inciso II: Dispõe que emendas a projetos de lei orçamentária devem indicar recursos provenientes de anulação de despesa, excetuando dotações para pessoal e encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais.

Lei Orgânica do Município de Embu das Artes (LOM):

Art. 14, inciso II: Inclui o Plano Plurianual como matéria de competência do Município.

Art. 46: Confere a qualquer Vereador a iniciativa de projetos de lei.

Art. 47, Parágrafo Único: Permite emendas que aumentem despesas em projetos de iniciativa do Prefeito, desde que sejam compatíveis com o PPA e LDO e indiquem recursos por anulação de despesa, excluindo aquelas sobre pessoal e encargos, e serviço da dívida.

Art. 142: Detalha as condições para emendas ao projeto de lei orçamentária, reforçando a necessidade de indicação de recursos via anulação de despesa, com as mesmas exclusões do Art. 47, Parágrafo Único da LOM e Art. 166, § 3º, II da CF/88.

Art. 142-A: Trata das emendas parlamentares individuais impositivas, que se tornam de execução obrigatória, salvo impedimentos técnicos e legais, e estabelece percentuais de escalonamento da Receita Corrente Líquida.

Regimento Interno da Câmara Municipal de Embu das Artes (RI):

Art. 127: Exige que substitutivos, emendas ou subemendas tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Art. 179, § 2º: Estabelece prazos para o recebimento de emendas à Lei Orçamentária e a competência da Comissão para emitir parecer.

III. Análise da Proposta de Emenda

Iniciativa e Admissibilidade Formal:

A emenda foi apresentada por um Vereador, o que está em consonância com o Art. 46 da LOM, que confere a qualquer Vereador a iniciativa de projetos de lei.

A natureza da proposição, que altera o Plano Plurianual, tem relação direta e imediata com o Projeto de Lei nº 19/2025, atendendo ao Art. 127 do RI.

A justificação da emenda cita a LOM e a CF/88, bem como o RI, o que demonstra a tentativa de fundamentação legal.



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100310032003700300031003A005400, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.





Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555
www.cmembu.sp.gov.br

Adequação Orçamentária e Financeira:

A emenda propõe a criação de uma nova ação ("Escola Municipal de Formação de Professores") dentro de um programa existente ("AVANÇA ENSINO COM QUALIDADE E EQUIDADE"). A justificativa afirma que o PPA atual não prevê tal política pública, o que legitima a introdução da ação para suprir essa lacuna.

O financiamento da nova ação é previsto por anulação de despesa da Ação 2073 ("Manutenção das Atividades de Tecnologia e Comunicação") do Programa 0003 ("Gestão Municipal"), no valor de R\$ 1.000.000,00 anuais para o quadriênio 2026-2029.

É crucial verificar se a dotação a ser anulada ("Manutenção das Atividades de Tecnologia e Comunicação") não se enquadra nas exceções constitucionais e legais (pessoal e seus encargos, serviço da dívida ou transferências tributárias constitucionais), conforme o Art. 166, § 3º, II da CF/88 e Art. 47, Parágrafo Único, e Art. 142, inciso III, alíneas "a" e "b" da LOM. Considerando que "Manutenção das Atividades de Tecnologia e Comunicação" é, em regra, uma despesa de custeio operacional, não vinculada diretamente a pessoal ou dívida, a fonte de recursos indicada para a anulação parece ser *compatível* com as exigências legais.

A emenda se enquadra no contexto das emendas parlamentares individuais, especialmente no que tange à aplicação do Art. 142-A da LOM, que prevê o escalonamento de percentuais para emendas impositivas e sua execução obrigatória. A menção expressa a este artigo na justificativa corrobora essa interpretação, dando força à exequibilidade da proposta se aprovada.

Compatibilidade com o Plano Plurianual:

O PPA, conforme o Projeto de Lei nº 19/2025, visa instituir as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal. A inclusão de uma ação voltada à formação de professores no programa de "AVANÇA ENSINO COM QUALIDADE E EQUIDADE" parece estar alinhada com as diretrizes de educação de qualidade da administração, como "Educação de Qualidade" (Projeto de Lei nº 19/2025, Art. 2º, II), e com o objetivo do PPA de promover a melhoria do ensino.

Embora o Projeto de Lei nº 19/2025, Art. 3º, § 4º, estabeleça que "Nenhum programa novo será incluído, se houver um anterior de idêntico objeto, público alvo e procedimento, em andamento", a emenda não cria um novo programa, mas sim uma nova ação dentro de um programa existente ("0011 AVANÇA ENSINO COM QUALIDADE E EQUIDADE"). A justificativa da emenda reforça que "o Plano Plurianual não prevê tal política pública"





Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes

R. Marcelino Pinto Teixeira, 50
Parque Industrial Ramos de Freitas - Embu das Artes - SP
CEP 06.816-000 - Tel.: (11) 4785-1555
www.cmembu.sp.gov.br

(referindo-se à Escola Municipal de Formação de Professores), o que indica que a ação não duplicaria uma já existente.

IV. Conclusão

Diante do exposto, o projeto de emenda proposto pelo Vereador Abidan Henrique, para a criação da Ação "Escola Municipal de Formação de Professores" no Programa 0011 do PPA 2026-2029, apresentando a devida indicação de fonte de recursos mediante anulação de despesa não vedada por lei, e tendo em vista sua compatibilidade com o objetivo principal do PPA na área da educação, **apresenta viabilidade jurídica e formal** para prosseguir em sua tramitação legislativa.

Contudo, sugere-se que a Comissão competente, ao analisar o mérito, avalie a relevância e o impacto da Ação 2073 ("Manutenção das Atividades de Tecnologia e Comunicação") do Programa 0003 ("Gestão Municipal") para garantir que a anulação proposta não comprometa serviços essenciais.

Este é o parecer.

Atenciosamente,

Hélio da Costa Marques

Assessor Jurídico OAB/SP 301102

Matrícula 1166 Câmara Municipal de Embu das Artes

Próxima Fase: Ciência e Encaminhamento

Hélio Da Costa Marques
Assessor Jurídico
1166



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100310032003700300031003A005400, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

